

A RACIONALIDADE COLETIVA COMO PARADIGMA EDUCACIONAL NO MST¹

Arlete Ramos dos Santos²

RESUMO: O objetivo desse trabalho é analisar a educação no MST, sob o enfoque da burocracia estatal capitalista, como elemento de contradição, tendo em vista que esse Movimento luta por um paradigma de sociedade que diverge do Estado. Buscou-se identificar como a burocracia estatal se insere no processo educativo do MST, por meio dos instrumentos de base racional-legal, levando em consideração as perspectivas weberiana e marxista. O caminho escolhido foi, a partir de entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionários de perguntas fechadas, e uma revisão de literatura com autores que tratam das categorias evidenciadas, utilizar o materialismo histórico e dialético como método de análise. A partir do marco conceitual do que é definido como *burocracia* nos estudos realizados, bem como o resultado dos dados coletados para a realização dessa pesquisa, concluiu-se que a forma de organização, coordenação e sistematização do MST não se encaixa nesse termo. A autora encontrou uma nova forma de organicidade que difere do que se define como burocracia, e a denominou de *Racionalidade Coletiva*, a qual foi estudada nesse artigo, apresentando o caminho percorrido para encontrar esse conceito, bem como a fundamentação teórica do mesmo.

Palavras-chave: capitalismo; MST; Racionalidade Coletiva; socialismo.

Este artigo é um pequeno recorte da tese de doutorado da autora, defendida em 2013, na FAE/UGMG, intitulada: “*Ocupar, resistir e produzir, também na educação! O MST e a burocracia estatal: negação e consenso*”. Com base nos estudos realizados, a autora constatou que a burocracia no MST difere de forma significativa da que é exercida pela burocracia estatal, principalmente porque, no Movimento, teoricamente as decisões são tomadas coletivamente, de maneira horizontalizada e dialógica. Além disso, observou-se que as regras a serem seguidas obedecem à dinâmica do Movimento de acordo com cada conjuntura apresentada, não sendo possível a existência de estatutos ou leis internas que regulamentem os comportamentos dos sujeitos. Pois a cada objetivo político/ideológico que surge, necessita-se de novas discussões nos coletivos, espaços de discussões e deliberações onde todos podem manifestar as suas opiniões e votar nos encaminhamentos construídos coletivamente.

Sendo assim, Santos (2013) concluiu que a categoria “burocracia” não dá conta de explicar o funcionamento e desempenho de funções no MST. Para tanto, foi engendrado o

¹ Pesquisa de doutorado com financiamento por meio de bolsa do CNPq sob orientação do Prof. Dr. Antônio Júlio Menezes Neto, intitulada: “*Ocupar, resistir e produzir, também na educação!*” O MST e a burocracia estatal: negação e consenso. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Tese de Doutorado. FAE/UFMG.

² Professora Assistente da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Doutora em educação pela FAE/UFMG, endereço eletrônico: arlerp@hotmail.com

termo “Racionalidade Coletiva”, por entender que este está relacionado ao referencial teórico proposto na pesquisa. Na gestão forjada pelo Movimento, tal conceito pressupõe que existe organização e sistematização. Porém, com base no diálogo e nas deliberações do coletivo, cujo objetivo maior é a luta pela transformação social, e não a relação custo-benefício subjacente à burocracia estatal.

O espaço utilizado para a realização da pesquisa foi todo o estado da Bahia e buscou-se contemplar as nove regionais baianas: Sul, Extremo Sul, Baixo Sul, Chapada Diamantina, Recôncavo, Sudoeste, Oeste, Nordeste e Norte. É importante destacar que apesar de o estado da Bahia ser dividido em Territórios de Identidade pelo governo estadual a partir de 2003, o MST continuou utilizando, para se referir às suas áreas de abrangência, o termo ‘*regional*’, como já vinha sendo denominadas antes suas áreas de assentamento e acampamento. Os critérios de divisão das regionais são diferentes dos que são adotados pelos órgãos oficiais para fazer a divisão territorial. Em entrevista realizada para fins dessa pesquisa, Márcio Matos, dirigente nacional do MST, quando questionado sobre tais critérios adotados na territorialização do Movimento, adota a seguinte resposta:

No Movimento tem o critério de luta, esse critério não tem uma definição geográfica do território, é o critério de luta, de ocupação espacial. A regional que vai expandindo, vai criando novos assentamentos. Não tem uma fronteira definida, é a capacidade que aquela região vai ter de organizar a luta, de organizar assentamentos, esse é o limite.

Essa pesquisa se insere numa perspectiva qualitativa, de natureza exploratória. Na pesquisa de campo, os dados foram coletados por meio da realização de observação no espaço escolar, de entrevistas semiestruturadas (GIL, 2002) com os gestores escolares, direção e coordenação regional e nacional do MST, secretário municipal da educação de Vitória da Conquista - Ba; e aplicação de questionários com perguntas fechadas para os professores das escolas que ficam em áreas de assentamentos e acampamentos, os quais se caracterizam como os sujeitos da pesquisa.

O paradigma organizacional no MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surgido no Brasil na década de 1980 se destaca como movimento social do campo brasileiro que tem como bandeira de luta a reforma agrária e a transformação da sociedade. Tem também se destacado, dentre os movimentos sociais da atualidade, pela capacidade de agregar valores sociais e

culturais, com base nos ideais marxistas. O Setor de Educação do MST cresceu significativamente desde a sua origem, expandindo o atendimento para os diversos níveis e modalidades de ensino, voltado para a educação do campo e, em busca da formação de militantes, com o intuito de formar quadros dirigentes e/ou profissionais para atuar nas diversas áreas do conhecimento dentro dos assentamentos e acampamentos.

O MST busca atingir os objetivos de formação político-ideológica, em direção à mudança social com recursos do próprio capitalismo. Ou seja, as escolas dos assentamentos e acampamentos do Movimento são públicas, financiadas pelo Estado, administradas por pessoas da burocracia estatal (secretarias de educação) diretamente, ou por pessoas do MST que assumem a função de gestor, por indicação do Movimento junto às administrações municipais e estaduais.

A burocracia caracteriza-se pela separação entre os que executam e os que planejam, organizam, dirigem e controlam (MOTTA, 2000, p.16). Na burocracia educacional desenvolve-se um trabalho contínuo e sutil de conservação da estrutura de poder e da desigualdade da sociedade que a engendra. Os conteúdos tornam-se pouco importantes e os controles burocráticos, por meio de diários de classe, provas e exames, são supervalorizados. A burocracia está relacionada a todos esses aspectos uma vez que pressupõe dominação, poder e alienação. No sistema capitalista representa o antagonismo da divisão social de classes, pois enquanto alguns detêm os meios de produção, outros não os possuem, podendo daí presumir uma escala hierárquica entre os que mandam e os que obedecem. Nesse sentido se expressa Weber:

a burocracia é a forma mais racional de exercício de dominação, porque nela se alcança tecnicamente o máximo de rendimento em virtude da precisão, continuidade, disciplina, rigor e confiabilidade, intensidade e extensividade dos serviços, aplicabilidade formalmente universal a todas as espécies de tarefas. (1998, p. 145).

A racionalidade coletiva: em busca de um conceito

O conceito de “*Racionalidade Coletiva*” foi criado por Santos (2013), para denominar a forma organizativa do MST, tendo em vista que após uma análise exaustiva dos significados atribuídos ao conceito de burocracia, principalmente de Weber, a autora concluiu que a maneira como o MST está organizado não o caracteriza como uma organização burocrática. Para tanto, o conceito “*Racionalidade Coletiva*” apresenta como categorias as palavras: *racionalidade* e *coletiva*, às quais serão discutidas neste texto, numa tentativa de dar-lhes significado no contexto particular do MST.

Preocupado com o relativismo dos conceitos na dialética platônica, Aristóteles busca construir um instrumento mais seguro de constituição da ciência que tenha normas de pensamento capazes de permitir demonstrações corretas e irretorquíveis (ARISTÓTELES, 2000, p. 16). O estabelecimento dessas normas, por meio do *Organon*,³ lhe confere o papel de criador da lógica formal, entendida como a parte da lógica que prescreve regras de raciocínio independentes do conteúdo que esses pensamentos conjugam.

Platão procura chegar aos conceitos, mediante a definição de uma espécie por sucessivas divisões de gênero nele contidas. Esse procedimento é considerado insuficiente por Aristóteles, o qual observa que as dicotomias sucessivas colocam opções sem determinar necessariamente qual o rumo a ser tomado. Um fato importante da lógica aristotélica é que não basta à ciência ser internamente coerente. Ela precisa ser uma ciência da realidade. Nesse sentido, não pode ficar apenas no caráter hipotético da dialética platônica, mas tem que avançar no sentido de construir provas racionais, sendo este um aspecto de construção de conceitos na ciência que evoluiu até a atualidade. As categorias, para Aristóteles, são noções gerais, as quais não existem antes das coisas singulares, mas são o resultado do conhecimento destas. É no processo da percepção reiterada das coisas que o geral se cristaliza na consciência dos homens e exprime-se sob a forma de conceito geral que existe ao lado de imagens singulares.

Quando o geral inicial já foi fixado no espírito, conceitos ainda mais gerais são formados a partir dele refletindo as propriedades e as ligações de um grupo maior de coisas, e depois os conceitos mais gerais de todos – que são chamados categorias, que refletem as formas universais de ser – são formados. (CHEPTULIN, 2004, p. 6).

Materialistas modernos como Hobbes, Locke, Bacon, dentre outros, se basearam nessas concepções aristotélicas. Para Hobbes o homem criou os conceitos a partir do fato de que os objetos possuem propriedades universais e as categorias representam o reflexo das propriedades gerais. O mesmo ponto de vista foi desenvolvido por Locke.

Mesmo reconhecendo a importância do pensamento hegeliano, Marx e Engels lhes teceram várias críticas à sua concepção idealista das categorias, uma vez que Hegel define as categorias como essências autônomas, que existem independentes das coisas e antes delas, fazendo o papel de substância dessas últimas. Em contrapartida eles desenvolveram uma concepção materialista e dialética, em que

³ No *Organon* a dialética é reduzida à condição de exercício mental que, não lidando com as próprias coisas mas com as opiniões dos homens sobre as coisas, não pode atingir a verdade, permanecendo no âmbito da probabilidade (ARISTÓTELES, 2000, p. 16).

[...] a definição da natureza, de seu lugar e de seu papel, no desenvolvimento do conhecimento está diretamente ligada à resolução do problema da correlação entre o particular e o geral na realidade objetiva e na consciência, assim como a colocação em evidência da origem das essências ideais e da relação destas últimas com as formações materiais, com os fenômenos da realidade objetiva. (CHEPTULIN, 2004, p. 5).

Nesse sentido, a concepção marxista de categoria está ligada ao desenvolvimento do processo histórico de construção da realidade objetiva. O reflexo dessa realidade objetiva pela consciência não se produz passivamente, mas de forma ativa e criativa, sobre a base e no decorrer da transformação da prática da realidade. Assim, será necessário compreender a essência e os fenômenos que perpassam o objeto estudado, para compreender a realidade do seu funcionamento, uma vez que a realidade é a unidade da essência e do fenômeno⁴ (KOSIK, 1995, p. 10). Nesse caso, entende-se por essência, o MST (Todo) e, por fenômeno, a gestão educacional do MST (parte do Todo), a qual, sendo decomposta, gera uma nova essência, que está sendo denominada de “*Racionalidade Coletiva*”.

Assim, faz sentido quando o MST chama a sua proposta educacional de Pedagogia em Movimento⁵, atribuindo-lhe a especificidade de estar sendo construída no cotidiano, por meio do processo histórico dos sujeitos que fazem parte desse desenvolvimento, o qual está inserido nas relações de capital e trabalho, expressas pela expropriação e exploração dos trabalhadores. O problema, do ponto de vista do marxismo, é que, nesse caso, carece de uma teoria norteadora para direcionar os rumos que o MST almeja.

A Pedagogia em Movimento busca, por meio da educação encontrar caminhos de superação dessa relação antagônica. Antes de ser tratada como Pedagogia em Movimento, existia um direcionamento mais preciso pelo MST; mais voltado para os valores socialistas, quando trazia nos seus cadernos de educação: “Trata-se de uma educação que não esconde o seu compromisso em desenvolver a consciência de classe e a consciência revolucionária, tanto nos educandos como nos educadores” (Caderno de Formação nº 08, 1996, p. 6). Ou seja, nesse momento, a racionalidade buscada pelo MST ainda deixa bem claros os pressupostos socialistas, de um paradigma social com objetivos claros e pré-definidos, que constrói estratégias em busca da transformação social em que “[...] a evidenciação da fonte de desenvolvimento da força motora, faz avançar e condiciona sua passagem de um estágio de

⁴ Essência representa precisamente o conjunto de todos os aspectos e ligações necessários e internos (leis), próprios do objeto, tomados em sua interdependência natural. São conjuntos das ligações e aspectos internos. O fenômeno representa a manifestação desses aspectos e ligações, na superfície, mediante uma grande quantidade de desvios contingentes (CHEPTULIN, 2004, p. 276).

⁵ O Movimento, de acordo com a concepção marxista, condiciona a passagem constante da matéria de um estado estável a outro, a destruição contínua de formações que as substituem.

desenvolvimento a outro. Essa fonte é a contradição e a luta dos contrários” (CHEPTULIN, 2004). Diferentemente, *a posteriori*, depois de 1999, a partir da tese de doutorado de Roseli Caldart, intitulada: “Pedagogia em Movimento”, essa racionalidade passa a se basear na incerteza do *modus operandi* dos sujeitos durante o processo, demonstrando que essa luta dos contrários vai acontecendo em movimento, traçando objetivos de acordo com cada conjuntura política e econômica.

A *Racionalidade Coletiva* representa um novo estágio de desenvolvimento na organização dos trabalhadores (MST), como estratégia de luta para se inserir, de forma mais digna, no sistema capitalista, visando, no futuro, superar esse sistema de governo. Compreende-se que esse movimento dos contrários, como alternativa de luta do MST para, no futuro, superar o sistema capitalista, produziu novas formas de gerir o processo de organização interna, uma vez que ele tem buscado excluir, teoricamente, as relações verticalizadas, optando por um processo de tomada de decisões coletivas.

1.1 O universal, o singular e o particular

Cheptulin (2004) compreende o singular como uma formação dada (coisa, objeto, processo) que constitui suas próprias propriedades e ligações que não existem em outras formações materiais, e as propriedades e ligações que se repetem constituem o geral/universal. Cada formação material possui propriedades e ligações que representam uma forma particular (coisas, processos) de seu movimento e a unidade do singular e do geral⁶.

A correlação do singular e do geral no particular (formação material, coisa, processo) manifesta-se como correlação de aspectos únicos em seu gênero, que são próprios, apenas, a uma formação material dada, e a aspectos que se repetem nesse ou naquele grupo de outras formações materiais (CHEPTULIN, 2004, p. 195). Ao trazer essas categorias, o objetivo é de fazer uma análise que possa trazer esclarecimentos sobre a “*Racionalidade Coletiva*” como forma de estrutura organizacional da educação no MST, tratando especificamente, da Bahia.

Para compreender melhor, faz sentido utilizar os estudos de Iasi (2006), que traz uma mediação entre o particular-singular-universal, situando nessas três dimensões as correspondentes categorias de conteúdo: particular (grupo); singular (indivíduo); e universal

⁶ Exemplificando: o homem, que compreende o geral, é um ser vivo, vive em sociedade, possui determinadas relações de produção, sendo esta, uma abstração que permeia a concepção de homem. No entanto, cada homem singular é dotado de características particulares, aspectos próprios de sua vida que lhe dizem respeito (objetos, modos de ser). Assim, o geral e o singular não são independentes. Eles são unidos pelas formações materiais do particular.

(classe). Nesse caso, pode-se observar como universal, a luta dos trabalhadores com o sistema capitalista, que é algo que acontece não só com os trabalhadores do MST; o particular – o MST como grupo social a que pertence esses trabalhadores e que tem características próprias que o diferencia dos demais movimentos sociais, e aqui se insere a “*Racionalidade Coletiva*” como modo específico de organização; e o singular – os assentados e acampados que são os sujeitos que compõem o MST.

Marx e Engels também buscaram elucidar essas questões trazendo a seguinte reflexão sobre o ser social:

Antes de tudo é preciso evitar a “sociedade” de novo como abstração frente ao ser social. A sua manifestação de vida - mesmo que também não apareça na forma imediata de uma manifestação comunitária de vida, levada a cabo simultaneamente com outros – é, por conseguinte, uma manifestação e confirmação da vida social. A vida individual do homem e a sua // vida// do gênero não são diversas, por mais que também - e isto necessariamente - o modo de existência da vida individual é um modo mais particular ou mais geral da vida do gênero, ou quanto mais a vida do gênero é uma vida individual mais particular ou //mais// geral (MARX; ENGELS, 1989, p. 171-2).

Nesse sentido cabe refletir sobre algumas questões: Como as contradições do sistema capitalista têm refletido, como manifestação do geral/universal nas particularidades e singularidades que fazem parte da essência do MST? Quais os avanços do MST em direção à tão propalada transformação social por ele apregoada?

1.2 Trabalhando com as categorias do tema

De acordo com o dicionário de Filosofia, o termo “racionalidade” vem do latim *rationalis*, e expressa a característica daquilo que é racional (JUPIASSU, 2008, p. 233). Porém, Weber relaciona a racionalidade com a ação racional, dando duas acepções ao termo: a primeira é a *ação racional valorativa*, caracterizada como a realização de acordo com certos valores, a exemplo de rituais culturais; e a segunda é a *ação racional instrumental*, que visa fins e objetivos específicos voltados para o capitalismo e para a técnica. Portanto, “a racionalidade é o estabelecimento de uma adequação entre uma coerência lógica (descritiva, explicativa) e uma realidade empírica” (JUPIASSU, 2008, p. 233). É com base neste último conceito que entendemos a concepção de racionalidade no MST.

Dessa forma, a escolha desse termo, para fazer parte do conceito de organicidade do MST, ocorreu porque esse Movimento utiliza de uma lógica para se estruturar que é possível

analisar, tanto teoricamente, como empiricamente. Essa racionalidade está expressa nas formas estratégicas utilizadas para se contrapor ao sistema capitalista: núcleos, brigadas, direções, coordenações, frentes. De acordo com o dirigente nacional do MST, Ademar Bogo, houve uma mudança na forma de o Movimento organizar os seus espaços:

A partir do governo de Lula, nós massificamos os assentamentos e acampamentos. Ao perceber que o agronegócio tornou parte integrante do desenvolvimento do campo, lutamos para fazer um salto que foi melhorar a nossa organicidade interna. Ela tem que se dá desde a base. Então um núcleo de família é uma instância da direção coletiva com 10 famílias e com 2 coordenadores. Forma aí um processo democrático com um conteúdo que elevaria o nível da consciência de classe. (ADEMAR BOGO, DIRIGENTE NACIONAL E INTELLECTUAL ORGÂNICO DO MST, ENTREVISTA REALIZADA EM 22/11/2011).

Neste depoimento, percebe-se uma estratégia de luta do MST para enfrentar as contradições no sistema capitalista. Isso não exclui a possibilidade da racionalidade weberiana estar dentro da gestão educacional do Movimento, uma vez que as escolas são públicas e organizadas dentro da lógica burocrática capitalista, como se verifica no trecho da entrevista abaixo:

A gente tem como forma de burocracia. A gente acredita que para facilitar a situação, como são vários educadores, têm prazo para estar entregando documentação, ficha de unidade, material que vão solicitar para digitar ou imprimir. Tem um tempo. Precisa solicitar com antecedência, por conta até assim: como são duas pessoas trabalhando efetivamente dentro da secretaria da escola, então a gente acaba tendo que se utilizar de algumas ferramentas para atender. (COORDENAÇÃO DO SETOR DE EDUCAÇÃO – REGIONAL SUDOESTE).

Esse é um fator contraditório vivenciado pelos gestores das escolas de assentamentos e acampamentos do MST, uma vez que o movimento direciona sua proposta educacional com pressupostos diferentes do que propõe o capital.

O outro termo proposto para dar consistência à racionalidade do MST é o adjetivo “*Coletiva*”, o qual, no minidicionário Luft (2000, p. 178), refere-se a um conjunto de elementos ou agrupamento de pessoas que assumem uma mesma orientação política, artística e/ou estética. No MST, este termo sugere que existe uma organização racional real no Movimento baseada no *coletivo*. Quando se refere ao coletivo, o MST se fundamenta no trabalho coletivo proposto por Makarenko, que prima, não pelo espontaneísmo escolanovista, mas por uma pedagogia socialista, com base no trabalho produtivo, calcada na ideia de que, a partir do grupo, desenvolvem-se valores para se pensar como classe social, e depois, que esses

sentimentos de coletivo possam fazer com que os alunos se preocupem com toda a humanidade.

Para Makarenko, o coletivo não é a simples soma de pessoas isoladas; ele é um organismo vivo e, por isso mesmo, possui órgãos, atribuições, responsabilidades e interdependência entre as partes (CAPRILES, 1989, p. 154). A racionalidade dos coletivos formados no MST tem essa organicidade, pois os seus membros têm tarefas a serem desenvolvidas, às quais são distribuídas nas reuniões do coletivo e fazem parte da sua dimensão educativa.

Caldart (2004, p. 179) afirma que o coletivo é um aprendizado importante que possibilita a passagem do que poderíamos chamar de uma ética do indivíduo para uma ética comunitária, que depois poderá se desdobrar em uma ética do coletivo. Nesse sentido, o MST começa trabalhando com a solidariedade, a socialização do que as pessoas têm, como alimentos, remédios, ou mesmo na ajuda mútua no trabalho, como mutirões.

Ao compreender a *Racionalidade Coletiva*, como uma organização específica do MST, parte do pressuposto de que, mesmo tendo os dirigentes nacionais, estaduais e regionais, estes estão subordinados ao coletivo, ocorrendo o que Makarenko denominou de “*rede de subordinação entre iguais*” em que os “chefes de destacamentos” eram trocados constantemente por meio de eleições na assembleia geral da coletividade, para dar condição a todos de passar pela função de organização do coletivo e, ao mesmo tempo, por fim, ao comando personalista. No MST, a escolha dos representantes de todos os setores acontece nos encontros massivos, sendo que os representantes nacionais são escolhidos nos encontros nacionais; os representantes estaduais são escolhidos nos encontros estaduais; e por fim, os representantes regionais são escolhidos nos encontros das regionais. Nesse caso, há a predominância da democracia representativa. Mas é importante salientar que existem dirigentes nacionais que estão na função há mais de dez anos, pois nesses encontros eles são reeleitos para continuar exercendo as suas atribuições.

Concordando com o funcionamento do Movimento em forma de coletivo, expressa o Dirigente Nacional do Movimento quando questionado na entrevista se existe burocracia no MST:

Ela existe, mas eu acho que ela de certa forma é diluída na concepção de coletivo, tipo, embora tenha coordenador, mas, tudo funciona por coletivos... Todo aquele que é o mais burocrata, dentro da área de saúde, é um coletivo que coordena o setor, área administrativa de finanças, projetos, tudo isso é um coletivo, então não é uma pessoa que faz. Segundo, o que eu acho que ajuda a diluir, é que mesmo esta parte administrativa-burocrática, ela tem consciência de que ela tem que estar em função da luta social, da

organização social. O burocratismo, na minha compreensão, é o inverso... Comanda a máquina administrativa-burocrática. No Movimento eu acho que ainda não chegou a este nível, a luta social ainda é preponderante, ela que cuida... Acha, portanto, uma conjuntura determinada. Por isso digo: não é um burocrata. Burocrata é o cara que consolida, ele tem o comando da organização, operando a máquina burocrático-administrativa, ele comanda a organização. (NEURI ROSSETTO, DIRIGENTE NACIONAL DO MST).

Assim, forma a coletividade Sem Terra, a partir da representatividade constituída e legitimada nos encontros e também nas vivências coletivas que acontecem no cotidiano dos assentamentos e acampamentos, envolvendo famílias e grupos, e participando das ações coletivas forjadas na luta social. A primeira é a ocupação da terra, a qual se constitui na matriz organizativa do MST, na medida em que foi em torno dela que se constituiu o coletivo e, posteriormente, a ocupação da escola como processo de organização coletiva da escola, para que a educação possa contribuir no processo formativo dos Sem Terra e seja uma coletividade em luta. Dessa forma, “[...] a coletividade sem-terra é um acampamento, um assentamento ou uma escola; mas é também tudo isso junto e ao mesmo tempo, integrando pessoas e famílias que nem se conhecem, mas têm laços de uma identidade comum” (CALDART, 2004, p. 346).

A proposição do conceito de “*Racionalidade Coletiva*” nessa pesquisa serviu para caracterizar a forma de funcionamento da gestão no MST na tese de doutorado da autora. Para melhor compreender, partiu-se, inicialmente, do Movimento como um todo, bem como dos seus setores, embora o objetivo tenha sido apenas a gestão do setor de educação do MST. Ou seja, partiu do macro para o micro, do todo para as partes, da essência para o fenômeno.

O MST trata do trabalho coletivo, teoricamente, numa perspectiva de emancipação e de consciência de classe, visando construir as condições objetivas para dar saltos qualitativos, em direção à transformação social de acordo com os interesses da classe trabalhadora. Entretanto, quando se refere à sociedade capitalista, e a sua contraposição ao Movimento, o objetivo do coletivo é aumentar a produção. Marx (2002), em sua análise sobre o trabalho coletivo, verifica o seu surgimento como um elemento fundamental no desenvolvimento do capital, em que um grande número de trabalhadores faz com que o trabalho amplie sua escala de produção e aumente a quantidade de mercadorias produzidas. Assim, o trabalho coletivo passa a ser entendido como a soma dos trabalhos individuais, sendo que o resultado do trabalho de um é o ponto de partida do outro.

Uma característica do trabalho coletivo no contexto do capital é reunir vários trabalhadores sob os desígnios de um único capitalista, para racionalizar a produção de modo que a soma da jornada de trabalho do coletivo produza maiores quantidades de valor de uso e

reduza o tempo de trabalho necessário⁷ para a produção de determinada mercadoria, gerando lucros para o capitalista, dono dos meios de produção. “Essa forma social do processo de trabalho se revela num método empregado pelo capital para ampliar a força produtiva do trabalho e daí tirar mais lucro” (MARX, 2002, p. 388).

Quando o conceito de trabalho coletivo é inserido no campo educacional, deve ser pensado de forma que tenha diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento para que haja a formação do homem como sujeito histórico para a emancipação, e não para a alienação. Para isso, os objetivos pedagógicos deverão ser voltados para a participação democrática de toda a comunidade escolar, de forma crítica, fundamentada no respeito do grupo. No trabalho de campo em visitas realizadas nas regionais do MST, na Bahia, verificou-se que as condições objetivas de trabalho na escola vêm dificultando a realização do trabalho coletivo, pois existem lugares que faltam funcionários para serviços essenciais nas escolas e para as demandas da gestão administrativa e pedagógica. Há também sobrecarga de trabalho para os professores, que, devido aos baixos salários, precisam se desdobrar em dois ou três turnos. Nesse sentido, o MST tem atuado buscando garantir escolas e autonomia para coordená-las e impulsionando por meio da organização dos coletivos pedagógicos, a conscientização dos sujeitos, em busca de ações governamentais efetivas e condizentes com as necessidades de educação pública, não só para os Sem Terra, mas para todos os camponeses.

Por meio da “*Racionalidade Coletiva*”, o MST tem criado estratégias diferentes de formação político-ideológica na formação de seus militantes, ou mesmo na realização de ações políticas e culturais, abrangendo cada vez mais um número maior de pessoas para compor a sua base e decidirem coletivamente na efetivação de ações para criar as condições objetivas a fim de provocar mudanças na sociedade.

Conforme a fala do dirigente abaixo é possível verificar como está a atual composição da “*Racionalidade Coletiva*” no MST. Dividindo-se em brigadas o MST aumentou a quantidade de militantes para serem formados, os quais são os representantes dos assentamentos e acampamentos. Para saber a quantidade de pessoas que são representantes em cada regional, basta multiplicar esse número pela quantidade de brigadas que a regional possui. Com base na fala do Dirigente, é possível verificar como funciona a Racionalidade Coletiva no MST⁸:

⁷ O tempo de trabalho socialmente necessário é “o tempo de trabalho requerido para produzir-se um valor de uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais existentes e com o grau social médio de destreza e intensidade de trabalho (MARX, 2002, p. 61).

⁸ Para melhor compreensão da Racionalidade Coletiva, inclusive por meio de cálculos matemáticos e gráficos, sugere-se que seja feita uma consulta na tese de doutorado da autora.

Retalha essa regional em pequenas regionais, por número de brigadas. Brigadas é uma quantidade de 500 famílias. 500 a mil famílias que passa a ser agora uma estrutura organizativa em que é contada com todos os indivíduos como agentes ou sujeitos da luta social e política no campo. Então o jovem, a criança, o velho, o homem, a mulher, todos são importantes, e aí nós vamos eleger uma direção nessas 500 famílias que são representantes integrados à essas famílias. As de outro município, são de fora do assentamento, então, para cada 50 família, nós escolhemos 2 dirigentes, 2 dirigentes que vão fazer parte da direção da brigada, então, se nós temos 500 famílias, retalhando em 50 nós vamos ter 10 dirigentes, 10 dirigentes é uma direção coletiva de 500 famílias que as vezes é um assentamento só. Às vezes é 3, 4, 5, 6 assentamentos para poder dar 500 famílias, e essas 50 além de estarem no grupo de 50 elas tem a cada 10 famílias um núcleo, que também tem 2 dirigentes, então nós temos 2 do núcleo e 2 de 50 e 10 nas 500, percebeu? Então nós vamos ter aí, 500 famílias, vão ter 50 núcleos, logo eu vou ter 100 lideranças de base, como mais as 10 da direção na brigada, teria 110, mas isso se reproduziria também nos setores, então, nas 50, tenho 2 representantes do setor de produção, do setor de comunicação, todos os setores e no núcleo também. Eu tenho um representante pelo menos de cada setor, então você percebe que eu transformo minha base em lideranças, em tarefas, em funções, ela naqueles 10 das quinhentas famílias. Então a gente tira um representante, ai sim, ele vai pras reuniões estaduais, esse um vai pra reunião, mas ele vai como representante dos 10 e de toda essa rede de militantes que eu tenho abaixo dele. Voltando de lá ele reúne primeiro aqui nos 10, depois cada um dos 10 vai reunindo com 2 dos 50 e os dois do 50 reúne com seus núcleos. (ENTREVISTA COM O DIRIGENTE NACIONAL DO MST, ADEMAR BOGO, 03/11/2011).

Observando a organização das brigadas, percebe-se que o termo burocracia como expressa a visão weberiana, no que se refere à existência da impessoalidade, ao seguimento de normas prontas e ao poder verticalizado, não explicita a forma como está estruturado o MST. Existe no Movimento uma racionalidade real diferente do que se compreende por burocracia na literatura, para organizar a gestão, a qual demanda uma nova designação. Pois o MST não aceita a proposição de determinações legais e propostas educativas do Estado de forma passiva. Mas estabelece mecanismos de negociação e correlação de forças com o Estado quando não concorda com o que lhe é proposto, chegando, até mesmo, a ocupar as secretarias e prefeituras, se necessário.

No tocante à educação, independentemente dos resultados dessa negociação junto aos municípios, internamente, o MST se organiza numa outra lógica, de forma circular: coordenador regional do setor de educação (responsável por organizar a educação de forma coletiva em toda a regional); coordenador de área (que organiza o processo educativo de forma coletiva, na brigada); coordenador das frentes de educação (organiza os aspectos educacionais de forma coletiva na frente educativa de sua responsabilidade). As pessoas que assumem essas funções no contexto micro, não são, necessariamente, as pessoas que assumem

as funções de gestão junto à burocracia estatal. Nenhuma dessas coordenações está autorizada a tomar decisões que interfiram no processo educativo das regionais ou brigadas, de forma individualizada. Só é valorizado ou tem validade o que é definido de forma coletiva, para garantir uma coordenação democrática e participativa. O papel da gestão recebe a denominação de coordenação de área, e o gestor/coordenador atua como militante.

Observa-se, conclusivamente, que a burocracia estatal está presente na organização do sistema educacional do MST por meio dos seus mecanismos de poder e dominação que o sistema capitalista exige, expressos no que exige a normatização das escolas públicas e nos instrumentos de base racional-legal necessário para a legitimidade da educação na sociedade civil. A *práxis* de que trata nesse contexto é historicamente determinada e unilateral, é a *práxis* utilitária dos indivíduos, baseada na divisão do trabalho, na divisão da sociedade em classes e na hierarquia de posições que sobre ela se ergue (KOSIK, 1995, p. 10). Entretanto, o MST estabelece, internamente, outra lógica de organização para garantir mecanismos de implementação da sua proposta educacional, cujo objetivo, segundo seus dirigentes, é alcançar uma sociedade diferente da que é almejada pelo sistema capitalista, construída com a participação de toda a comunidade escolar.

A forma de funcionamento dessa gestão alternativa que o MST-BA vem buscando implementar em suas áreas de assentamentos e acampamentos ganha outra centralidade no que se refere à organização, pois o que é cumprido enquanto diretrizes, teoricamente, é definido com a participação de todos, ou seja, diferentemente da gestão estatal, que não possui o poder centralizado no diretor. Ainda, nas gestões da burocracia estatal, ditas “democráticas”, estas pressupõem a impessoalidade, o cumprimento de normas vindas de fora. Enquanto que na gestão/coordenação educacional interna, do MST - BA, as normas são criadas pelo próprio coletivo pedagógico do Movimento que atua como sujeito. E essa forma de organização do MST- BA foi constatada na pesquisa, por meio da fala dos dirigentes de todas as regionais da Bahia. Mesmo na regional onde o setor de educação do MST ainda não se estruturou, a forma de organização dos demais setores do Movimento nessa regional acontece de forma coletiva.

Por isso, independentemente de qual sujeito o MST busca formar, de qual teoria ele construirá, já que esta teoria, de acordo com Caldart (2004), está sendo construída no cotidiano, em movimento; e também, de qual paradigma de sociedade ele alcançará com suas formas de lutas concretas, é certo que ele possui uma forma de racionalidade para se estruturar, a qual difere da burocracia estatal. Dessa maneira, faz sentido a criação de uma nomenclatura que expresse as especificidades dessa forma de organização como

“*Racionalidade Coletiva*”. Ou seja, pressupõe-se a existência de dois sistemas educativos que caminham interna e paralelamente, ou em conjunto, dependendo do apoio político da região, e que disputam o poder para garantir a inserção de aspectos políticos e ideológicos nas escolas de assentamentos e acampamentos, e se firmarem hegemonicamente, superando as contradições.

Salienta-se que a *Racionalidade Coletiva*, como forma de organização do MST - BA, da maneira como está estruturada, visa ao envolvimento de muitos militantes como representantes dos núcleos de família, das brigadas e regionais, para que estes sejam formados em ambientes educacionais formais e não formais, política e ideologicamente com o propósito de fazer a negação ao sistema capitalista. Nos resultados da tese de doutorado da autora, os quais não cabem nos limites desse texto, foi concluído que, na Bahia, o MST não tem negado o sistema capitalista. Ao contrário, está se inserindo cada vez mais nele de acordo com os interesses de alguns sujeitos, por meio da via parlamentar.

Não se pode deixar de observar que se tiver alguma localidade que a *Racionalidade Coletiva* for cooptada pelo capital, por ser constituída de muitos militantes que reproduzem as discussões e definições do coletivo, e for utilizada por estes com o objetivo de manipular e cooptar os trabalhadores com o intuito de conquistar objetivos individuais, a referida *Racionalidade Coletiva* também pode representar um perigo para a emancipação social da classe trabalhadora. Nesse sentido, não seria a negação do sistema capitalista, mas sim, um consenso mediante uma *práxis* fetichizada da realidade que cria um pensamento comum por meio da projeção na consciência dos sujeitos de determinados objetivos ideológicos individuais, que não são os do coletivo, mas de um grupo específico.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CALDART, R. S. **Educação em movimento**. Formação de educadores e educadoras no MST. Petrópolis: Vozes, 2004.

CAPRILES, R. **Makarenko e o nascimento da pedagogia socialista**. Rio de Janeiro. Editora Scipione, 1989. Série Pensamento e Ação no magistério.

CHEPTULIN, A. **A dialética materialista**. Categorias da dialética. São Paulo: Editora Alfa e Ômega. 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IASI, M. L. **As metamorfoses da consciência de classe**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

JUPIASSÚ, H. **Dicionário básico de filosofia**. Danilo Marcondes. 5. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 6. ed. Paz e Terra: Paz e Terra, 1995.

LUFT, C. P. **Minidicionário Luft**. 20 ed. São Paulo : SP. Editora Ática. 2000.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. 20 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Livro 1, 2 v.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Princípios da Educação no MST. **Caderno de Educação**, Porto Alegre, nº8, 1996.

SANTOS, A. R. dos. **“Ocupar, resistir e produzir, também na educação!” O MST e a burocracia estatal**: negação e consenso. Tese de doutorado. FAE/UFMG, 380 p. 2013.

